



Proposição: PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO
Número: 000203/2026

APROVADO
Em: 17/09/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

Nos termos do art. 31 da Constituição Federal, bem como do art. 47, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, e do art. 200, § 2º, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, requiero à Mesa Diretora que sejam solicitadas à Exma. Sra. Prefeita Municipal, Maria Margarida Martins Salomão, informações acerca do Contrato nº 01.2026.123, celebrado entre o Município de Juiz de Fora e a empresa MOBIT - Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda., destinado ao fornecimento, implantação, operação e manutenção de sistemas inteligentes de fiscalização e controle eletrônico de tráfego nas vias do Município.

Conforme documentação disponibilizada, o contrato possui valor de aproximadamente R\$ 35 milhões, vigência de cinco anos e foi formalizado por meio do Pregão Eletrônico nº 125/2025, vinculado ao Processo nº 15.721/2025. O Termo de Referência prevê serviços relacionados à operação e manutenção de equipamentos eletrônicos de controle de tráfego, segurança pública e viária, incluindo equipamentos de fiscalização eletrônica e tecnologias de monitoramento.

DAS INFORMAÇÕES

Solicita-se que seja informado:

1. Qual é o valor total exato do Contrato nº 01.2026.123 e como esse valor se distribui ao longo dos cinco anos de vigência?
2. Quais são, de forma detalhada, os serviços e equipamentos abrangidos pelo novo contrato, incluindo operação, manutenção, implantação e modernização dos sistemas de fiscalização eletrônica?
3. O novo contrato prevê somente a manutenção e operação dos equipamentos atualmente existentes ou também a instalação de novos radares e equipamentos de fiscalização? Em caso de novos equipamentos, informar a quantidade e os tipos previstos.
4. Quantos equipamentos de fiscalização eletrônica existem atualmente em funcionamento no Município de Juiz de Fora, discriminando-se, preferencialmente, por tipo e localização?

5. Dos equipamentos atualmente existentes, quantos serão mantidos, substituídos, retirados ou modernizados em decorrência do novo contrato? Em caso de substituição, informar a justificativa técnica e o destino dos equipamentos retirados.

6. Havendo previsão de instalação de novos equipamentos, quais são as vias e locais previstos, qual o cronograma de implantação e qual o custo estimado para essa expansão?

7. Qual era o valor do contrato anterior para operação e manutenção dos sistemas de fiscalização eletrônica e quais são as principais diferenças entre o contrato anterior e o atual, especialmente quanto aos quantitativos de equipamentos e serviços?

8. Qual foi a metodologia utilizada para definir os quantitativos e o valor estimado de aproximadamente R\$ 35 milhões, encaminhando-se a respectiva pesquisa de preços, planilhas de custos, estudos técnicos e demais documentos utilizados para essa composição?

9. Quais empresas participaram do Pregão Eletrônico nº 125/2025, quais valores foram apresentados e qual foi o critério utilizado para a escolha da empresa vencedora? Solicita-se, ainda, informação sobre eventual impugnação, recurso ou questionamento apresentado durante o certame.

10. Solicita-se o encaminhamento da íntegra do Contrato nº 01.2026.123, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, da pesquisa de preços, das planilhas de composição dos custos, da proposta da empresa vencedora e dos demais documentos que fundamentaram a contratação.

DA JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação tem por objetivo permitir o adequado exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo sobre uma contratação de elevado impacto financeiro para o Município.

Conforme documentação apresentada, a Prefeitura de Juiz de Fora celebrou contrato no valor aproximado de R\$ 35 milhões, com vigência de cinco anos, para o fornecimento, implantação, operação e manutenção de sistemas inteligentes de fiscalização e controle eletrônico de tráfego. O contrato foi assinado em 4 de setembro de 2026 e substitui o contrato atualmente vigente, cujo encerramento está previsto para novembro.

O Termo de Referência informa que a contratação envolve serviços contínuos relacionados à operação e manutenção de equipamentos eletrônicos de controle de tráfego, segurança pública e viária, além de prever sistemas inteligentes e tecnologias de Internet das Coisas.

Diante do expressivo valor envolvido e da natureza dos serviços contratados, mostra-se necessário esclarecer ao Poder Legislativo e à população quais equipamentos já existem na cidade, quais serão mantidos ou substituídos, se haverá instalação de novos radares, onde eles serão instalados e como foi formada a composição do valor da contratação.

O acesso a essas informações é fundamental para verificar a necessidade, a economicidade, a adequação dos quantitativos e a correta aplicação dos recursos públicos, especialmente diante da substituição de um contrato já existente por uma nova contratação de longo



prazo.

Ressalta-se que, uma vez aprovado pelo Plenário e encaminhado ao Poder Executivo na forma legal, o presente Pedido de Informação constitui instrumento formal de fiscalização do Poder Legislativo, devendo ser respondido dentro do prazo legal e de forma suficiente ao esclarecimento das questões formuladas.

O eventual não atendimento, atendimento intempestivo, incompleto ou recusa injustificada em prestar as informações solicitadas, quando caracterizados os pressupostos legais, poderá implicar a adoção das medidas aplicáveis no âmbito das competências do Poder Legislativo, bem como na apuração das responsabilidades previstas na legislação, inclusive nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967.

Ademais, requer-se que toda a documentação solicitada seja encaminhada, preferencialmente, em formato digital, a fim de conferir maior eficiência ao procedimento, facilitar a análise das informações e assegurar a transparência e a publicidade dos dados públicos, em observância aos princípios que regem a Administração Pública.

Diante do exposto, requer-se o encaminhamento integral das informações e documentos solicitados, observados os prazos e as disposições legais aplicáveis.

Palácio Barbosa Lima, 11 de setembro de 2026.



Yuri Dias Fófano
Vereador Yuri Fófano - PSD

